



**Assembléia Legislativa**

Projeto de Lei Nº. 056 , de 1997.

APROVADO

Em 26/08/97  
*M. Manuel*

Reconhece de utilidade pública a  
**SOCIEDADE PESTALOZZI DO ESTADO  
DO PIAUÍ**, com sede e foro em Teresina,  
Estado do Piauí.

**O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**DECRETA:**

Art. 1 - Fica reconhecida de Utilidade Pública, a  
Sociedade Pestalozzi do Estado do Piauí, com sede e foro no  
Município de Teresina. *Pr*

Art. 2 - À entidade em que trata o artigo anterior, ficam  
assegurados os direitos e vantagens da Legislação vigente.

Art. 3 - Revogadas as disposições em contrário, a presente  
Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ**, em Teresina, 26 de agosto de 1997.

*Luiz*  
**HOMERO CASTELO BRANCO**  
- Deputado -

AL DIRETORIA LEGISLATIVA  
Nos termos regimentais  
Encaminha-se ao *Protocolo*  
*colo*  
Em 27 / 08 / 97  
*Sim*  
Simone C. Lago Arcoverde  
Diretora Legislativa

AL  
AL 2577  
27.08.97  
Proj. de Lei  
Parecer

TITULO I  
DA SOCIEDADE  
CAPITULO I

Denominação, Sede, Fins, Duração e Dissolução

**Art.1º** - A Sociedade Pestalozzi do Estado do Piauí, sociedade civil com sede e foro em Teresina, Estado do Piauí, sem limite de duração, com personalidade jurídica distinta da de seus sócios, tem por fim o estudo, a assistência, o tratamento e a educação de crianças, adolescentes e adultos que necessitam de assistência psicopedagógica, médica, odontológica e de reabilitação...

§1º - A sociedade não terá fim econômico nem lucrativo.

§2º - A Instituição não remunerará os membros de sua Diretoria e conselho pelo exercício de suas funções nem distribuirá lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, destinando a totalidade das rendas apuradas ao atendimento de suas finalidades estatutárias.

§3º - Dissolver-se-á a Sociedade na forma deste Estatuto e nos casos previstos em lei, respondendo os seus bens pelo passivo social; o saldo, se o houver, será entregue a entidade similar, que tenha fins idênticos, como for indicado pela Assembleia Geral, registrada no Conselho Nacional de Serviço Social - MEC.

§4º - Poderá o presente estatuto ser reformado, desde que consulte os altos interesses da Sociedade.

**Art.2º** - Para atingir suas finalidades, a Sociedade poderá firmar convênios e acordos com pessoas jurídicas de direito privado ou de direito público.

**Art.3º** - A Sociedade procurará, como forma de ação imediata:

- a) - Despertar a atenção do público em geral, para torná-lo consciente das finalidades que importa superar na realização dos propósitos da Sociedade Pestalozzi, (e dos recursos que a educação de pessoas portadoras de necessidades especiais requer;
- b) - Divulgar os seus trabalhos através de boletins técnicos ou informativos;
- c) - Manter amplo intercâmbio com sociedades similares, nacionais

ou estrangeiros.

Art.4º - Além dos meios anteriores indicados, a Sociedade recorrerá a outros, que consistirão:

- a) - em credenciar representantes no Município e seus Distritos;
- b) - na construção, organização e aparelhamento de unidades destinadas às atividades relacionadas com os propósitos a cuja realização se dedica, na atual sede, e nas similares no Município de seus Distritos;
- c) - em auxílio (desde que haja possibilidade financeira) as associações co-irmãs, localizadas no Estado e de âmbito restrito à Região, Município ou Distritos;
- d) - na organização de reuniões, cursos, congressos, concursos, estágios, instituição de prêmios e manutenção de centros de estudos, bibliotecas, filmotecas, e edição de revistas, boletins e livros.

Art.5º - A Sociedade se consagrará também a trabalhos relacionados com o ensino em geral e funcionamento de escolas que ministram o ensino de 1º e 2º grau e superior, em todo o território Nacional, de modo que se ofereça oportunidade de instrução a todos, inclusive se proporcione educação a estudantes carentes de recursos, que demonstrem aptidão para recebê-la.

§1º - Os vários cursos estarão sujeitos à legislação específica e cada um deverá ter o seu próprio Regimento.

§2º - As várias unidades de ensino da sociedade são de sua exclusiva propriedade, manutenção, direção e administração.

§3º - Enquanto a Sociedade não tiver condições de montar e manter os seus próprios serviços especializados, poderá firmar convênios com empresas prestadoras de atendimentos especializados condizentes com a sua filosofia.

§4º - As nomeações dos administradores das unidades citadas no parágrafo 2º serão de competência da Diretoria da Sociedade Pestalozzi do Estado do Piauí e terão seus mandatos limitados ao período da mesma Diretoria.

Art.6º - Para complementação dos seus objetivos, a Sociedade promoverá, organizará e manterá, além do Serviço Social e os previstos no art.5º, os seguintes órgãos, todos integrantes do instituto de Psicopedagogia e órgãos de assessoria da Sociedade:

- a) - consultórios;
- b) - centros de orientação educacional e vocacional;

- c) - escolas infantis especiais;
  - d) - escolas especiais de recursos primários;
  - e) - clínicas de crianças, adolescentes e adultos;
  - f) - oficinas pedagógicas de trabalhos manuais;
  - g) - estúdios de atividades artísticas;
  - h) - centros esportivos e de recreação;
  - i) - granjas, escolas para trabalhos agrícolas e derivados;
  - j) - orientação de educadores de meio familiar (pais ou responsáveis);
  - k) - orientação, preparo, estágios para professores, educadores e médicos especializados;
  - l) - laboratórios de pesquisas;
  - m) - oficinas protegidas;
  - n) - centros de prevenção;
  - o) - atendimento hospitalar;
  - p) - clínicas cirúrgicas.
- §1º - Os serviços acima referidos, bem como outros, cujo funcionamento a experiência aconselhe, serão criados na medida das possibilidades financeiras da Sociedade.
- §2º - A ação da Sociedade tem caráter filantrópico e será baseada no estudo, o mais objetivo possível, das necessidades e possibilidades individuais, orientadas para o bem-estar coletivo e melhoria do padrão sócio-econômico.
- Art.7º - Os serviços prestados pela Sociedade serão remunerados segundo tabelas equitativas, de acordo com a situação financeira dos interessados ou nos moldes dos convênios que firmar com pessoas jurídicas, gratuitos, porém, para os desprovidos de recursos.

## TITULO II

### DO QUADRO SOCIAL

#### CAPITULO I

- Art.8º - Serão admitidos como sócios, em número ilimitado, a critério de Diretoria: pessoas físicas e jurídicas que se interessam pelos objetivos da Sociedade.
- Art.9º - Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais.
- Art.10º - Os sócios se distribuem nas seguintes categorias:
- a) - Fundadores;

- b) - titulares;
  - c) - de apoio - I, II e III
  - d) - contribuintes;
  - e) - protetores;
  - f) - benfeitores;
  - g) - beneméritos;
  - h) - honorários.
- §1º - Serão considerados fundadores os sócios que assinarem o primeiro Estatuto da Sociedade, na Assembléia de sua aprovação, bem como a Ata de fundação;
- §2º - Sócios Titulares serão aqueles cuja admissão foi aprovada como tal pela Diretoria, após parecer do Conselho Consultivo.
- §3º - Sócios de Apoio serão aqueles que prestem serviço à Sociedade e ao mesmo tempo lhe dêem contribuição financeira.
- I - Caracterização o Sócio de Apoio I: contribuição financeira simbólica mais prestação de serviços em nível de operário, como, por exemplo, serviços de faxineira, vigilante, pedreiro, pintor, marceneiro, etc.
  - II - Caracteriza o Sócio de Apoio II: contribuição financeira menor que a de sócio contribuinte, mais prestação de serviços em nível técnico (datilografia, escrituração, etc.).
  - III - Caracteriza o Sócio de Apoio III: contribuição financeira menor que a do sócio contribuinte, mais prestação de serviços em nível superior (advocacia, medicina, odontologia, etc.).
- §4º - Sócios contribuintes se dizem os que concorrerem para a instituição com a mensalidade que for fixada pela Diretoria;
- §5º - Sócios protetores os que contribuírem mensalmente com quantia igual ou superior a meio salário mínimo vigente.
- §6º - Sócios benfeitores os que contribuírem mensalmente com importância igual ou superior a cinco salários mínimos vigentes;
- §7º - Sócios beneméritos os que prestarem serviços relevantes à Sociedade ou lhe doarem bens patrimoniais em quantia igual ou superior a cinquenta salários mínimos vigentes;
- §8º - Sócios honorários aqueles a quem a Sociedade conferir tal distinção;
- §9º - O sócio, conforme o caso, poderá passar de uma para outra categoria, bem como pertencer a mais de uma delas.
- §10º - Os Sócios Fundadores, Titulares, Beneméritos e Honorários serão considerados efetivos.

## CAPITULO II

### Da Admissão, Permanência e Readmissão

**Art.11** - Para ser admitido, os sócios contribuintes, protetores e benfeitores, deverão satisfazer as seguintes condições:

- a) - ser proposta por um sócio em pleno gozo de seus direitos sociais;
- b) - preencher proposta, a qual deverá ser aprovada pela Diretoria;
- c) - gozar de bom conceito.

**Parágrafo Único** - O proposto assume, com sua assinatura na proposta, o compromisso de aceitar todas as disposições estatutárias.

**Art.12º** - A readmissão processar-se-á da mesma forma que a admissão, salvo casos especiais, a juízo da Diretoria.

**Art.13º** - Qualquer pessoa, observados os requisitos anteriores, poderá inscrever-se tantas vezes quantas desejar, até o máximo de dez inscrições, valendo, cada uma, isoladamente, para exercício de seus direitos e cumprimento dos seus deveres sociais.

**Art.14º** - As propostas de admissão serão aprovadas pela Diretoria reunida com, no mínimo, a maioria dos seus membros.

## CAPITULO III

### Dos Direitos, Deveres e Penalidades

**Art.15º** - Serão direitos dos sócios efetivos:

- a) - votar e ser votado para cargos eletivos, obedecendo às restrições deste Estatuto;
- b) - tomar parte nas Assembléias Gerais, apresentando, discutindo e votando proposições;
- c) - solicitar a convocação da Assembléia Geral para apreciação da Diretoria, ou para qualquer outra finalidade, mediante requerimento subscrito, no mínimo, por um terço de sócios efetivos.

**Parágrafo Único** - Só poderão votar os sócios maiores de dezoito anos, e ser votados os maiores de vinte e um anos e os emancipados.

**Art.16º** - São deveres dos sócios, em geral:

- a) - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e todas as normas dele decorrentes;
- b) - acatar os poderes da Sociedade;
- c) - pagar, pontualmente, as contribuições a que estiver obrigado;
- d) - cooperar para o desenvolvimento e prestígio da Sociedade, de modo que esta realize as suas finalidades;
- e) - comunicar à Secretaria, por escrito, a mudança de residência, profissão e estado civil;
- f) - comunicar à Diretoria qualquer transgressão estatutária, regulamentar ou disciplinar, de que tiver conhecimento;
- g) - aceitar e exercer as funções e encargos para os quais for eleito ou nomeado, salvo motivo justo;
- h) - interessar-se pelo engrandecimento e bom conceito da Sociedade.
- i) - zelar pelo patrimônio social, indenizando-a dos prejuízos que causar, direta ou indiretamente.

**Art. 17º** - Por infração de quaisquer disposições deste Estatuto ou de suas normas complementares, o sócio será passível das seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta:

- a) - advertência, verbal ou escrita;
- b) - suspensão;
- c) - eliminação;
- d) - exclusão.

**§1º** - A reincidência específica é agravante de pena.

**§2º** - As penalidades serão aplicadas pela Diretoria, concedendo-se previamente, ao interessado, o direito da defesa.

**§3º** - Das penalidades aplicadas pela Diretoria poderá o interessado recorrer, dentro do prazo de quinze dias, para o Conselho Fiscal, não tendo dito recurso efeito suspensivo.

**§4º** - A pena de suspensão, não excederá a noventa dias.

**§5º** - Constituem motivos de eliminação estar o sócio em atraso de seis meses no pagamento das contribuições a que está obrigado.

**§6º** - Constituem motivos de suspensão a reincidência específica, e a manifestação, de modo desonroso, em relação à Sociedade, seus dirigentes e associados;

**§7º** - Constituem motivos para exclusão a condenação, por sentença transitativa em julgado, em virtude de crime doloso, adulteração de documentos da Sociedade, falso testemunho em inquéritos promovidos pela Sociedade, judiciais ou não, a prática

ca de atos contra os interesses e patrimônio da Sociedade e o atentar contra o bom conceito desta cabendo à Diretoria a iniciativa da efetivação da medida.

Art.18º - O Sócio somente se dirá em pleno gozo de seus direitos quando além de cumprir as disposições deste Estatuto, estiver quite com a Tesouraria da Sociedade.

### TÍTULO III

#### CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO

##### CAPITULO I

###### Do Patrimônio

Art.19º - O patrimônio da Sociedade será constituído:

- a) - dos bens móveis adquiridos, ou dos que o venham a ser;
- b) - dos saldos de renda própria ou de recursos orçamentários, quando transferidos à conta patrimonial;
- c) - dos saldos dos fundos associativos.

Art.20º - Os bens pertencentes à Sociedade somente poderão ser utilizados na realização dos seus fins sociais, segundo o estabelecido neste Estatuto.

##### CAPITULO II

###### Dos Recursos Financeiros

Art.21º - Os recursos financeiros poderão ser provenientes de:

- a) - taxas e contribuições dos sócios;
- b) - rendas patrimoniais e rendas oriundas de investimentos de seus bens e valores;
- c) - doações e legados que receber de pessoas físicas, com ou sem encargos.
- d) - subvenções ou auxílios prestados por pessoas jurídicas de Direito Público;
- e) - receita oriunda de convênios ou acordos;
- f) - receita derivada da contribuição dos interessados na utilização dos seus serviços;
- g) - receitas diversas, entre elas as de exploração comercial e industrial.

### CAPITULO III

#### Do Regime Financeiro

- Art.22º - O Regime Financeiro obedecerá aos seguintes preceitos:
- a) - o exercício financeiro corresponderá ao ano civil;
  - b) - o orçamento discriminará a Receita e a Despesa dos diversos órgãos que compõem a Sociedade;
  - c) - a proposta orçamentária deverá ser elaborada de acordo com o plano global de realizações e os respectivos programas de Trabalho, devendo ser aprovada pela Diretoria.

### TITULO IV

#### DA ORGANIZAÇÃO

#### CAPITULO I

- Art.23º - São poderes da Sociedade:
- a) - a Assembléia Geral, órgão soberano e de suprema instância
  - b) - o Conselho Deliberativo;
  - c) - o Conselho Fiscal, órgão de fiscalização dos atos da Diretoria;
  - d) - a Diretoria, órgão de direção e execução geral.

#### CAPITULO II

#### Da Assembléia Geral

- Art.24º - A Assembléia Geral se constitui dos sócios efetivos, no gozo dos seus direitos sociais (art.10 §9º):

A Assembléia Geral reunir-se-á em sessão:

- a) - ordinária, no mês de março.
  - I - para eleger e empossar o Presidente e os Vice-presidentes da Sociedade, homologar os nomes indicados pelo presidente eleito para a Diretoria;
  - II - para eleger e empossar os membros do Conselho Fiscal;
  - III - para apreciar o relatório do exercício anterior ou o fim de mandato, e julgar as contas da Diretoria;
- b) - extraordinária, quando convocada para:
  - I - deliberar a respeito da destituição da Diretoria;
  - II - decidir assuntos de sua exclusiva competência.

Parágrafo Único - São assuntos de sua exclusiva competência:

- a) - fusão, incorporação e dissolução da Sociedade;
- b) - reforma e modificação do Estatuto;
- c) - qualquer tema julgado de sua alçada pela Diretoria;
- d) - aprovação do Regimento Interno e dos Regulamentos dos diversos órgãos da Sociedade.

Art.26º - A presença do sócio em qualquer Assembléia Geral será registrada no respectivo livro.

Art.27º - As convocações das Assembléias Gerais deverão ser publicadas pelo menos uma vez em jornais e/ou em outros meios de comunicação, indicando o dia, local, hora e assuntos pendentes de decisão, devendo delas constar o aviso para a convocação seguinte.

Art.28º - As Assembléias Gerais poderão ser convocadas:

- a) - pelo presidente da Sociedade, por sua iniciativa ou por deliberação da Diretoria;
- b) - pelo Presidente da Sociedade mediante requerimento assinado por um terço, no mínimo, de sócios efetivos, no gozo de seus direitos;
- c) - pelo Conselho Fiscal, nos termos do art. 37 letra "C".

§1º - As convocações serão feitas dentro do prazo de dez dias, contados da data da deliberação ou da entrada do requerimento citado na letra "B" deste artigo, e da conformidade com o art.27.

§2º - Se o Presidente da Sociedade não convocar a Assembléia Geral quando for de sua competência e obrigação, poderá fazê-lo o terço dos sócios efetivos, observando-se sempre os prazos mencionados n §1º.

Art.29º - As Assembléias Gerais serão convocadas com dez dias de antecedência, pelo menos e de conformidade com o Art.27.

§1º - Funcionará em primeira convocação, presente, pelo menos, um terço dos sócios efetivos, em gozo dos seus direitos sociais.

§2º - Em segunda convocação, com qualquer número, para realizar-se daí a trinta minutos pelo menos, após a hora fixada para a primeira convocação.

§3º - Para deliberar a respeito da destituição da Diretoria, e da fusão, incorporação ou dissolução da Sociedade, é obrigatória sempre a presença de, pelo menos, dois terços dos sócios efetivos, no gozo dos direitos sociais.

- Art.30º - A Assembléia Geral será instalada por quem a houver convocado ou por seus substitutos legais.
- Art.31º - Instalada a Assembléia, esta indicará, por aclamação, ou eleição, um dos presentes para presidir-lhe os trabalhos.
- §1º - O membro escolhido convidará um dos presentes para exercer a função de secretário.
- §2º - A critério do Presidente da Assembléia, poderão fazer parte da Mesa outras pessoas gratas, presentes.
- Art.32º - Nas Assembléias Gerais Extraordinárias, as decisões serão limitadas exclusivamente aos assuntos constantes do edital de convocação, ficando a parte relativa a "assuntos gerais" para o final, ocasião em que serão admitidos pedidos de informações, interpelações, denúncias, esclarecimentos, explicações pessoais, protestos e moções.
- Art.33º - As decisões serão tomadas por maioria de votos. Em caso de empate, caberá ao Presidente da Assembléia o voto de de empate.
- Art.34º - A Ata dos trabalhos se levará em livro próprio, de preferência na mesma sessão, e será encerrada pelo Presidente da Assembléia, devendo ser assinada pelo Secretário e por, pelo menos, três membros presentes à sessão.

### CAPITULO III

#### Do Conselho Deliberativo

- Art.35º - O Conselho Deliberativo será composto de no mínimo, 05 (cinco) membros e, no máximo, 10 (dez).
- §1º - Os referidos membros serão eleitos por um período de 03 (três) anos.
- §2º - O Conselho Deliberativo deverá ser integrado por quem se reconhecer dedicado à causa das pessoas que precisam de assistência especial e/ou dos usuários da Instituição.
- §3º - O Presidente e o Secretário do Conselho Deliberativo se rão eleitos dentre seus membros, em cada reunião.
- Art.36º - Compete ao Conselho Deliberativo:
- a) - Deliberar sobre o planejamento e a proposta orçamentária para exercício seguinte e sobre o relatório da Diretoria, balanço, demonstrativo de contas de receitas e despesas relativas ao exercício findo, previamente aprovados pelo Conselho Fiscal;

- b) - deliberar sobre transferência ou reforço de verbas, bem como quanto à movimentação de funções especiais, se estas vierem a ser criadas;
- c) - deliberar, por proposta da Diretoria sobre a aplicação e reaplicação de recursos resultantes da alienação ou oneração de bens patrimoniais;
- d) - O Conselho Deliberativo reunir-se-á uma vez por ano para aprovação dos relatórios encaminhados pela Diretoria, alusivos a questões administrativas e financeiras, além de outros assuntos que constarem da ordem do dia.

**Art.37º** - O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente no caso da alínea "D" do artigo anterior e, extraordinariamente, quando convocado pela Diretoria.

#### CAPITULO IV

##### Do Conselho Fiscal

**Art.38º** - O Conselho Fiscal, constituído de três membros efetivos e três suplentes, com mandato de três anos, será eleito pela Assembléia Geral, na forma deste Estatuto.

**Parágrafo Único** - As vagas que se verificarem no Conselho Fiscal serão preenchidas por eleição, pela Assembléia Geral.

**Art.39º** - O Conselho Fiscal reunir-se-á:

- a) - ordinariamente, em tempo hábil, para apresentar parecer sobre o movimento financeiro, econômico e administrativo, ao Presidente da Sociedade.
- b) - extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias, mediante convocação de qualquer de seus membros ou do Presidente da Sociedade.

**Art.40º** - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) - examinar as contas da Diretoria, dando parecer sobre o movimento financeiro, econômico e administrativo da Sociedade;
- b) - Examinar as contas, no caso de renúncia, perda do mandato ou morte do Presidente ou do Tesoureiro da Sociedade, dando, a respeito delas, o indispensável parecer;
- c) - convocar a Assembléia Geral quando verificar a ocorrência de motivos graves ou urgentes;
- d) - cumprir quaisquer outras determinações que lhe forem atribuídas pela Assembléia Geral;
- e) - apreciar e julgar recursos apresentado por sócio punido pela Diretoria, de conformidade com o Art.17 §3º.

- f) - visar os balancetes, apresentados pelo Tesoureiro, dando conhecimentos deles à Diretoria;
  - g) - apresentar à Assembléia Geral o Relatório e Balanço Geral do exercício anterior;
  - h) - abrir, rubricar e encerrar os livros da Secretaria e Te<sup>so</sup>uraria;
  - i) - admitir, contratar, licenciar, suspender ou demitir empregados da Sociedade; fixar-lhes os quadros, salários, gratificações, abonos e fianças; dilatar ou reduzir os honorários de trabalho, e fixar o respectivo regime;
  - j) - baixar os atos normativos de sua competência;
  - k) - divulgar os atos normativos e administrativos da Sociedade;
  - l) - aplicar apenas aos sócios e empregados, levando o fato ao conhecimento da Diretoria, que poderá reduzir, manter ou elevar a penalidade;
  - m) - encaminhar à Assembléia Geral e ao Conselho Fiscal os recursos interpostos às suas decisões;
  - n) - presidir as conferências, reuniões e sessões públicas;
  - o) - autorizar as despesas orçamentárias, conceder adiantamentos ou suprimentos, ordenar pagamentos e visar os documentos da Te<sup>so</sup>uraria;
  - p) - licenciar os Diretores;
  - q) - escolher e dispensar os representantes da Sociedade e os chefes dos órgãos e serviços;
  - r) - nomear comissões e grupos de trabalho para estudo de assuntos e execução de tarefas vinculadas às finalidades da sociedade;
  - s) - receber auxílios e subvenções;
  - t) - assinar
- I - Com o 1º Secretário, os diplomas honoríficos e de benemé<sup>re</sup>ncia, as propostas aprovadas, e as atas das reuniões da Diretoria;
- II - Com o 1º Tesoureiro, cheques, cauções, ordens de pagamento e balanço;
- III - Poderá, ainda, contrair obrigações, firmar contratos de locação, assinar escrituras de imóveis, transigir, acordar, renunciar a direitos, dispor do patrimônio social ou onerá-lo, obedecidas as prescrições deste Estatuto;
- u) - indicar os nomes para os cargos da Diretoria, conforme dispõe o artigo 41, parágrafo 2º.

## CAPITULO VI

## Da Diretoria

**Art. 41º** - A Sociedade Pestalozzi do Estado do Piauí, será adminis  
trada por uma Diretoria com o mandado de três anos e cons  
tituída de:

- a) - Presidente;
- b) - 1º Vice-Presidente;
- c) - 2º Vice-Presidente;
- d) - 1º Secretário;
- e) - 2º Secretário;
- f) - 1º Tesoureiro;
- g) - 2º Tesoureiro.

**§1º** - Os cargos de Presidente e Vice-Presidente serão providos  
por eleição direta da Assembléia Geral.

**§2º** - O Presidente eleito escolherá os demais diretores referi  
dos nas letras "d" a "g" deste artigo, os quais serão em  
possados pela mesma Assembléia Geral que eleger o Presiden  
te e os Vice-Presidentes.

**§3º** - Não haverá qualquer remuneração para os cargos da Diretoria,  
do conformidade com o estabelecido no art. 1º §2º.

**§4º** - O Presidente poderá deferir aos Vice-Presidentes a dire  
ção de comissões e grupos de trabalho e de órgãos de pla  
nejamento, bem assim, a direção das atividades referidas  
nos artigos 4º 5º, 6º e 7º.

**Art. 42º** - No caso de renúncia, morte ou perda de mandato do Presiden  
te, assumirá o cargo o Vice-Presidente colocado em primei  
ro lugar nas alíneas do aet. 41, e que não estiver impedi  
do.

**§1º** - O Vice-Presidente, que assumir a Presidência, poderá ou não  
manter os Diretores referidos no art. 41 §2º, os quais, no  
caso de não serem mantidos, perderão, automaticamente, os  
seus mandatos e serão substituídos pelos novos Diretores  
escolhidos pelo Presidente que assumir o cargo.

**§2º** - Os cargos da Diretoria, referidos no art. 41, alínea "d" a  
"g", que se vagarem, serão preenchidas por escolha do seu  
Presidente.

**§3º** - O Presidente renunciante prestará contas de sua gestão à  
Assembléia Geral, ouvido o Conselho Fiscal.

**§4º** - A licença de qualquer membro da Diretoria não poderá ultra  
passar dois meses consecutivos, ou quatro intercalados, sob

pena de perda do mandato.

§5º - O Presidente poderá exonerar e substituir, em qualquer tempo, qualquer membro da Diretoria, mencionado no Art.41 §2º.

Art.43º - A Diretoria reunir-se-á:

- a) - ordinariamente, uma vez por mês, em dia, local e hora pré-determinada pelo seu Presidente;
- b) - extraordinariamente, em qualquer ocasião e quantas vezes for necessário.

Parágrafo Único - A Diretoria reunir-se-á com a presença de, pelo menos, um terço de seus membros; decidirá por maioria de votos; e, em caso de empate, prevalecerá o voto do Presidente.

Art.44º - Das reuniões da Diretoria lavrar-se-á ata, de preferência redigida na própria reunião, que será subscrita pelo Presidente, pelo Secretário e por ao menos um dos membros presentes à reunião.

Art.45º - Perderão o cargo o Diretor que, sem motivo justificado, deixar de exercer as funções durante sessenta dias consecutivos, ou não comparecer a três reuniões consecutivas ou intercaladas.

Art.46º - Compete à Diretoria, além das demais atribuições estabelecidas neste Estatuto;

- a) - dirigir e administrar a sociedade, atendendo a todas as suas finalidades;
- b) - cumprir as disposições estatutárias e todos os atos normativos que as complementarem;
- c) - apresentar à Assembléia Geral o relatório de suas atividades referentes ao exercício anterior, acompanhado da indispensável prestação de contas;
- d) - elaborar o orçamento da Sociedade;
- e) - deliberar a respeito da admissão, readmissão e transferência de sócios, e de penalidades que cumpra lhes sejam aplicadas;
- f) - manifestar-se sobre requerimentos, sugestões e reclamações dos associados;
- g) - conceder licença aos seus membros e aos demais associados;
- h) - designar representantes da Sociedade para coordenação geral; direção de Departamento, órgãos, serviços, comissões, grupos de trabalhos, filiais; execução de trabalhos vinculados a convênios, acordos, subvenções e auxílios, os quais

podem ser contratados com remuneração pré-fixada pela mesma Diretoria;

- i) - designar representantes da Sociedade para o cumprimento do estabelecido nos artigos 4º e 7º;
- j) - decidir quanto a empréstimo ou arrendamento de qualquer bem da Sociedade, desde que no interesse dela;
- k) - criar, instalar, cumprir ou redistribuir órgãos, serviços ou filiais, comissões e grupos de trabalho, como previsto nos artigos 4º, 5º 6º e 7º;
- l) - aprovar os nomes dos chefes dos órgãos e serviços referidos nas letras "h", "i" e "k" deste artigo, fixando-lhes as respectivas remunerações;
- m) - autorizar despesas imprevistas, não constantes do orçamento, dentro da disponibilidade do caixa;
- n) - alterar o valor das contribuições dos associados;
- o) - expedir atos normativos;
- p) - elaborar o Regimento Interno;
- q) - elaborar os regulamentos dos órgãos e serviços;
- r) - conferir títulos de sócios honorários e beneméritos;
- s) - aprovar ou não o recebimento de subvenções, doações, doativos, legais, com ou sem encargos, e a assinatura de convênios com entidades públicas ou privadas;
- t) - nomear ou exonerar os membros do Conselho Consultivo, previsto no artigo 59 letra "b";
- u) - convocar reunião do Conselho Consultivo, sempre que necessário;
- v) - apresentar ao Conselho Consultivo, para o seu parecer, proposta de admissão de sócio titular.

**Art. 47º - Compete ao Presidente:**

- a) - executar todos os atos administrativos;
- b) - suprir e fazer cumprir as disposições estatutárias, regulamentares e regimentais, bem como os atos normativos emanados da Assembléia Geral ou da Diretoria;
- c) - representar a Sociedade em juízo ou fora dele, podendo nomear representantes ou mandatários;
- d) - despachar o expediente, convocar e presidir as reuniões de Diretoria, com direito a voto quantitativo em caso de empate;
- e) - apresentar à Diretoria, anualmente, com a proposta orçamentária, o programa de realização a ser executado no exercício seguinte;

**Art.48º** - Compete aos Vice-Presidentes em geral:

- a) - substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos, obdecida a ordem prevista no art. 41, letra "b" e "c", assumir a Presidência, no caso de vacância, conforme o disposto no art. 42.
- b) - a coordenação ou direção dos órgãos, serviços ou filiais, bem como das Comissões e Grupos de trabalho, que lhes forem deferidas pelo Presidente, de conformidade com o art. 41, § 4º;
- c) - exercer as atividades que forem estabelecidas pelo regimento Interno.

**Art.49º** - Compete ao 1º Secretário.

- a) - organizar e dirigir todos os serviços da secretaria;
- b) - redigir e assinar a correspondência, exceto a que competir privativamente ao Presidente;
- c) - redigir, assinar e publicar avisos, convocações, editais, instruções e circulares;
- d) - expedir e assinar com o Presidente os diplomas honoríficos e de benemerência e as propostas aprovadas;
- e) - auxiliar o Presidente na elaboração do Relatório anual;
- f) - organizar a pauta e a ordem do dia das reuniões da Diretoria e proceder à leitura do expediente;
- g) - ler, lavrar e assinar com o Presidente as atas das reuniões da Diretoria;
- h) - exercer outras atividades que lhe forem deferidas pelo Regimento Interno e pela Diretoria;

**Art.50º** - Compete ao 2º Secretário;

- a) - Substituir o 1º Secretário nas suas faltas e impedimentos;
- b) - organizar e manter atualizado o cadastro dos sócios;
- c) - zelar pela organização do Arquivo da Sociedade;
- d) - responsabilizar-se pela guarda e conservação do material da secretaria;
- e) - auxiliar o 1º Secretário em seus encargos;
- f) - exercer outras atividades que lhe forem deferidas pelo Regimento Interno e pela Diretoria;

**Art.51º** - Compete a 1º Tesoureiro:

- a) - organizar e dirigir todos os serviços da Tesouraria;
- b) - manter sob sua guarda e responsabilidade valores e documentos da Tesouraria;

- c) - promover a arrecadação da receita e providenciar o pagamento das contas da Sociedade;
- d) - elaborar a proposta orçamentária;
- e) - zelar por que se mantenha em dia a escrituração da sociedade;
- f) - passar recibos em nome da Sociedade;
- g) - organizar, anualmente, o Balanço Geral de Ativo e Passivo, para a prestação de contas que acompanhará o Relatório;
- h) - depositar em estabelecimento bancários o dinheiro da Sociedade;
- i) - assinar com o Presidente cheques, cauções, ordens de pagamento, balanços e quaisquer outros documentos de responsabilidade do setor;
- j) - passar ao seu sucessor todos os livros e documentos da Tesouraria, bem como o saldo em dinheiro, exigindo-lhe a respectiva quitação;
- k) - exercer outras atividades que lhe forem deferidas pelo Regimento Interno e pela Diretoria;
- l) - ter sob sua responsabilidade, organizando o indispensável inventário, os bens móveis e imóveis da Sociedade;
- m) - promover a conservação dos bens sociais.

Art. 52º - Compete ao 2º Tesoureiro:

- a) - auxiliar o 1º Tesoureiro em seus encargos, substituindo-o em suas faltas e impedimentos;
- b) - incumbir-se do serviço de arrecadação;
- c) - organizar as concorrências e coletas de preços para a aquisição de materiais;
- d) - dirigir o almoxarifado;
- e) - exercer outras atividades que lhe forem deferidas pelo Regimento Interno e pela Diretoria.

## TÍTULO V

### Das Eleições

Art. 53º - As eleições da Diretoria e do Conselho Fiscal obedecerão às seguintes prescrições:

- a) - as chapas dos candidatos deverão ser apresentadas a

registro por, no mínimo, dez sócios com direito a voto, e com cinco dias de antecedência pelo menos;

- b) - não terão direito a voto e não poderão ser votados os sócios que forem admitidos nos trinta dias anteriores à realização das eleições;
- c) - as impugnações contra o registro poderão ser apresentadas até três dias antes da eleição, e julgadas, como matéria preliminar, pela Assembleia Geral;
- d) - não havendo chapas completas ou incompletas registradas, os mandatos dos membros da Diretoria e do Conselho fiscal ficarão automaticamente prorrogados por três anos, salvo se a Assembleia Geral decidir a convocação de novas eleições;
- e) - as eleições serão realizadas em sessão da Assembleia Geral convocada especificamente para esta finalidade;
- f) - todos os cargos serão reelegíveis.

Art. 54º - Terão direito a voto os eleitores, sócios efetivos que assinarem o livro de presença até o momento do início da votação.

§ 1º - A chamada dos votantes far-se-á pela ordem da assinatura no livro de presença.

§ 2º - O votante colocará sobrecarta com a chapa escolhida em urna indevassável, assinada previamente a folha de votação.

§ 3º - A segunda e última chamada dos votantes far-se-á quando o último sócio, que tiver assinado a lista de presença, houver votado.

§ 4º - Em havendo "chapa única" a eleição poderá ser feita por aclamação.

Art. 55º - Encerrada a votação, o Presidente da Assembleia abrirá a urna, conferirá, com o auxílio dos mesários, o número de sobrecartas com o número de votantes que assinarem a folha de votação, e ordenará a contagem dos votos.

§ 1º - A eleição será válida:

- a) - no caso de o número de votos coincidir com o número de votantes;
- b) - no caso de o número de votos ser inferior ou superior ao número de votantes e a diferença não influir no resultado do pleito.

§2º - serão anulados os votos:

- a) - se as células incluídas em sobrecartas não tiverem sido rubricadas pelo Presidente da Mesa;
- b) - se as células permitirem a identificação do votante;

§3º - se a sobrecarta contiver duas ou mais células iguais, com<sub>u</sub>putar-se-á um voto. Se contiver células diferentes, será anulado.

Art.56º - O Presidente da Mesa proclamará o resultado e em seguida declarará empossados os eleitos.

Art.57º - Havendo empate, será considerado eleito o sócio mais antigo. Em caso de novo empate, o sócio mais idoso.

## TÍTULO VI

### Do Conselho Consultivo

Art.58º - O Conselho Consultivo é o órgão de assessoria geral da Diretoria.

Parágrafo Único - é de sua competência, também, dar parecer em pr<sub>o</sub>postas de admissão de sócio titular, a ele encaminhada pela Diretoria.

Art.59º - O Conselho Consultivo se constitui de:

- a) - membros natos (todos). Considerem-se membros natos os ex-presidentes da Sociedade que quiserem exercer este pr<sub>e</sub>vilégio;
- b) - membros nomeados (quinze) que o serão pela Diretoria, pe<sub>l</sub>o período de igual duração do mandato desta:

Art.60º - O Conselho Consultivo será presidido pelo Presidente da Sociedade ou um dos seus "Vice-Presidentes", por indicação do próprio Presidente.

Art.61º - O Conselho Consultivo, para melhor desempenho das suas atividades, se subdividirá em assessorias para assuntos ligados

- a) - à Educação;
- b) - a Administração, Direito, Engenharia e a outros não rela<sub>c</sub>ionados nas letras "a", "c" e "d" deste artigo;
- c) - a Relações Públicas
- d) - a Saúde;

§1º - Os Conselheiros serão designados para atuar nas assessorias, de preferência em harmonia com sua formação profis<sub>u</sub>

sional;

§2º - Cada assessoria elegerá, por voto de seus membros, um coordenador, que terá a atribuição de dirigir-lhe os trabalhos, bem como, sem prejuízo de suas atividades especiais, servir de elemento de ligação entre ela e o Presidente do Conselho Consultivo;

§3º - Cada Assessoria atuará em sua área, isoladamente ou em conjunto com outra(s) quando determinado pelo Presidente do Conselho Consultivo.

Art.62º - O Conselho Consultivo se reunirá sempre que necessário por convocação do seu Presidente, por iniciativa própria ou em atendimento de solicitação de membro(s) do Conselho Consultivo.

§1º - A reunião do Conselho Consultivo será:

- a) - Plena: quando convocada para todas as Assembléias;
- b) - Setorial: quando convocada para uma, duas ou três Assessorias;

§2º - à reunião Plena deverão comparecer, pelo menos, dois Conselheiros de cada Assessoria; à Setorial deverão comparecer Conselheiros que representem, pelo menos, metade do número de Conselheiros da(s) Assessoria(s) convocada(s);

§3º - A ausência (3 vezes consecutivas ou 5 alternadas) não justificada às reuniões, poderá, a Critério da Diretoria, acarretar a exoneração do(s) conselheiro(s) faltoso(s).

## TÍTULO VII

### Das Disposições Gerais

Art.63º - Para maior desenvolvimento e perfeita integração e coordenação de suas atividades, a Sociedade poderá criar serviços de direção e execução Regionais e/ou Municipais, bem como Filiais;

**Parágrafo Único** - Os serviços e Filiais previstos no capítulo deste artigo serão subordinados diretamente à Diretoria.

Art.64º - A reforma do Estatuto da Sociedade somente poderá ser decidida pela Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, por proposta de, pelos menos, dois terços dos Sócios Efetivos.

Art.65º - A dissolução da Sociedade e a destituição da Diretoria somente poderão ser decididas em Assembléia Geral Extraordi

nária especialmente convocada para tal fim, por proposta de, pelo menos, dois terços dos sócios efetivos.

**Art. 66º** - As disposições deste Estatuto serão complementadas pelos Regulamentos e Regimentos Internos dos diversos órgãos, e por Atos Normativos.

**Parágrafo Único** - Os Atos Normativos, a que alude este artigo, serão os seguintes:

- a) - Decisões: da Assembléia Geral;
- b) - Resoluções: da Diretoria;
- c) - Pareceres: do Conselho Consultivo;
- d) - Portarias: da Presidência da Sociedade;
- e) - Determinações: dos Diretores;
- f) - Ordem de Serviço: dos Chefes e Sub-Chefes.

**Art. 67º** - Fica o presidente da Sociedade investido de poderes especiais para, em nome dela, celebrar acordos, convênios, e contratos com pessoas jurídicas, quer de direito público quer de direito privado.

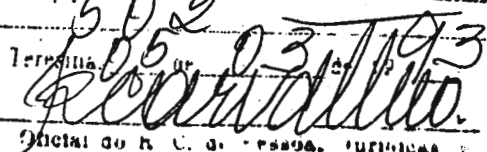
**Parágrafo Único** - O Presidente poderá designar Procurador ou Representante para, em nome da Sociedade, executar os serviços vinculados aos acordos, convênios e contratos, objeto deste artigo.

## TÍTULO VIII

### Das Disposições Transitórias

**Art. 68º** - O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral.

Teresina(PI), 21 de julho de 1992.

Registro Civil de Pessoas Jurídicas	
No 8823	230
de 1. A-11	
1502	
Teresina, 21 de julho de 1992	
	
Oficial do R. C. de Pessoas Jurídicas	

**Francisca de Fátima Rocha de Carvalho**  
Escrevente Compromissada 6º Ofício  
Teresina — Piauí



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CARTÓRIO «NAZARENO ARAÚJO»

6.º OFÍCIO DE NOTAS  
Marise Marques Martins de Araújo  
TABELIÃ  
Rua Sen. Teodoro Pacheco, 1047 - Fone: 222-3643  
Teresina - Piauí

MARISE MARQUES MARTINS DE ARAÚJO, Tabeliã, Público do 6.º Ofício de Notas e de Protestos de Letras e outros Títulos, desta Comarca de Teresina, Capital do Piauí por nomeação legal etc.

### CERTIDÃO

Certifico a requerimento verbal de Pessoa Interessada que revendo em meu Cartório os Livros de Registros de Títulos e Documentos sob o nº de ordem 6979 do Livro B-31, protocolado sob o nº 8822 do Livro A-1, fls. 230, datado de 05 de Março de 1993. Encontrei o Registro de Teor Seguinte: ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PRO-PESTALOZZI REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E DOIS, PARA APROVAÇÃO DO ESTATUTO E ELEIÇÃO DA DIRETORIA. Está Conforme. Eu, Francisca de Fátima Rocha de Carvalho, Escrevente Compromissada a datilografei, subscrevo, dato e assino em público e raso e aos próprios livros em meu poder e Cartório me reporto e dou fé.

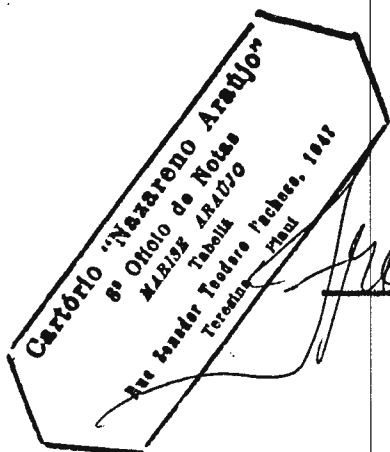
Teresina, 05 de Março de 1993.

Em Testemunho RP da verdade.

Escrevente

Compromissada.

Francisca de Fátima Rocha de Carvalho  
Escrevente Compromissada 6º Ofício  
Teresina — Piauí



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CARTÓRIO «NAZARENO ARAÚJO»

6.º OFÍCIO DE NOTAS  
 Marise Marques Martins de Araújo  
 TABELIÃ  
 Rua Sen. Teodoro Pacheco, 1047 - Fone: 222-3643  
 Teresina - Piauí

MARISE MARQUES MARTINS DE ARAÚJO, Tabeliã, Público do 6.º Ofício de Notas e de Protestos de Letras e outros Títulos, desta Comarca de Teresina, Capital do Piauí por nomeação legal etc.

C E R T I D ã O

Certifico a requerimento verbal de Pessoa Interessada que revendo em meu Cartório os Livros de Registros de Pessoa Jurídica sob o nº de ordem 502 do Livro A-3, protocolado sob o nº 8823 do Livro A-1, fls. 230, datado de 05 de Março de 1993. Encontrei o Registro de teor seguinte: ESTATUTO DA SOCIEDADE PESTALOZZI DO ESTADO DO PIAUÍ. Está conforme. Eu, *Francisca de Fátima Rocha de Carvalho*, Escrevente Compromissada a datilografei, subscrevo, dato e assino em público e raso e aos próprios livros em meu poder e Cartório me reporto e dou fé.////////

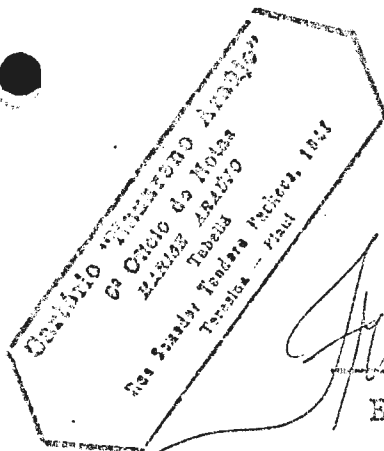
Teresina, 05 de Março de 1993.

Em Testemunho \_\_\_\_\_ da verdade.

Escrevente

Compromissada.

*Francisca de Fátima Rocha de Carvalho*  
 Escrevente Compromissada 6º Ofício  
 Teresina — Piauí



26

P.P. 31446



GOVERNO ESTADUAL  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 21.000-0189/92

Teresina, 08 de setembro de 1992

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o Decreto Nº 8.312 de 29 de maio de 1991,

RESOLVE

ATUALIZAR os valores da TAXA DE EXPEDIENTE em Licitações do Estado, na forma do ANEXO ÚNICO que com esta Portaria se baixa.

Dê-se ciência, para que se cumpra-se.

Carlos Burlamaqui da Silva  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TAXA DE EXPEDIENTE

LEI Nº 3.484 de 19.05.77

Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Teresina, 08 de setembro de 1992  
Piauí  
Escritório de Registro de Imóveis, Rocha de Carvalho  
Piauí

TERESINA/PI.

Poderão participar deste certame licitatório, empresas brasileiras e estrangeiras que sejam originárias dos países membros do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

As obras objeto deste Edital correrão à conta dos recursos do Programa de Ação Social em Saneamento - PROSEGE, do Ministério da Ação Social - MAS, o qual é parcialmente financiado com recursos do contrato de empréstimo 622/OC-BR, celebrado entre o BID e o Governo do Brasil, recursos do Orçamento Geral da União e contrapartida financeira correspondente da AGESPISA, conforme lei orçamentária nº 4.457 de 26.12.91.

A documentação completa do Edital poderá ser adquirida na Av. Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco, 101-N, a partir da primeira publicação deste aviso, no horário comercial, até 10 (dez) dias anteriores ao da apresentação dos documentos e Propostas, mediante o pagamento de CR\$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE CRUZEIROS).

BEL. FRANCISCO DAS CHAGAS MENDES  
Presidente da Comissão de  
Licitação-AGESPISA  
P.P. 31412  
3-1

EXTRATO DE ESTATUTO DA SOCIEDADE PESTALOZZI DO PIAUÍ

É uma Sociedade Civil, fundada em 21 de julho de 1992, sem fins lucrativos, com sede e foro em Teresina, sem limite de duração, com personalidade distinta de seus sócios. Tem por fim, a assistência, psicopedagógica, médica, odontológica e de reabilitação de crianças, adolescentes e adultos com deficiência em geral. A diretoria eleita para 3 anos é composta por: Presidente, 1º e 2º Vice-Presidente, 1º e 2º Secretário e Tesoureiro, além do Conselho Fiscal com 3 (três) membros, 2 efetivos e 1 suplente.

P.P. 31436

ocorrências de outras unidades da Federação



## DECRETO Nº 8.726 DE 14 DE setembro DE 1992

Abre no Orçamento Fiscal do Estado em favor da Secretaria da Justiça e da Cidadania, crédito suplementar no valor de Cr\$ 180.000.000,00.

## O Governador do Estado do Piauí

usando das atribuições que lhe confere o art. 102, inciso XIII, da Constituição do Estado e da autorização contida no art. 8º incisos I, II e III da Lei nº 4.457, de 26/12/91 e art. 15 da Lei nº 4.480, de 01/06/92,

## DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Fiscal do Estado em favor da Secretaria da Justiça e da Cidadania, crédito suplementar no valor de Cr\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de cruzeiros), para atender a programação indicada no anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação dos Recursos Próprios do Estado.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRAJÁ, em Teresina-PI, 14 de setembro de 1992.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

CREDITO SUPLEMENTAR ANEXO 1 SUPLEMENTAÇÃO  
ANEXO AO DECRETO Nº 8.726 DE 14 09 1992 Cr\$ 1000

CODIGO ESPECIFICACAO ESF NATUREZA FR VALOR

4120.00 00 180.000

MODALIDADE	MATERIAL OU SERVIÇO	OBRAS
CONVITE	15.665,61	83.549,90
TOMADA DE PREÇOS	83.549,90	334.199,64
CONCORRÊNCIA	156.656,08	835.499,10
ISENTO - 1% (UM POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DA ORDEM DE FORNECIMENTO		1% SOBRE O VALOR TOTAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

LOCAL PARA PAGAMENTO DA TAXA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGÊNCIA CONSELHEIRO SARAIVA - PRAÇA RIO BRANCO, EM FAVOR DO SERSE.

OBSERVAÇÃO: - VALOR ALTERADO PELO DECRETO Nº 8.312 DE 29.05.91

P.P. 31435

## AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL NR.001/92- AGESPISA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO

PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL EM SANEAMENTO - PROSEGE

ESTADO DO PIAUÍ

MUNICÍPIO DE TERESINA

AGENTE PROMOTOR: ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S.A.-AGESPISA

A ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S.A.- AGESPISA torna público que às 10:00 horas, do dia 22 de dezembro de 1.992, na Av. Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco, 101-N, o presidente da Comissão de Licitação receberá as documentos de habilitação e proposta para execução de obras do Sistema de Esgotamento Sanitário de



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CENTRO DE INFORMACÃO FISCAL  
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

C G C  
FICHA DE INSCRIÇÃO  
DO ESTABELECIMENTO-SEDE

01 01 PARA USO DA REPARTIÇÃO

5

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1. CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUINTE C.G.C. AO PREENCHER ESTA FICHA.
2. PREENCHA-A A MÁQUINA, EM 3 (TRÊS) VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVEIS.
3. NÃO PREENCHA OS QUADROS DE "USO DA REPARTIÇÃO".
4. DEIXE EM BRANCO OS ITENS EM QUE NADA TENHA A INFORMAR.
5. APRESENTE TODAS AS VIAS AO ÓRGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO-SEDE.
6. PREENCHA OS CAMPOS DIVIDIDOS EM QUADRINHOS, COLOCANDO CADA LETRA DENTRO DE UM QUADRINHO, A COMEÇAR DO PRIMEIRO.

02 02

ETIQUETA PROTOCOLO DO C.G.C.

0



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO C.G.C.  
41 521 915/0001-20

\* ESTA FICHA, QUANDO AUTENTICADA, SUBSTITUI O CARTÃO C. G. C. PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO (QUADRO 14) OU DA ÚLTIMA DATA DE REVALIDAÇÃO APOSTA NO VERSO.

03 INFORMAÇÕES GERAIS										05 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS									
02 INSCRITO ANTERIORMENTE NO C.G.C.?										07 MES DE INSCRIÇÃO									
04 SOLICITAÇÃO DE BAIXA NA MAIS DE 5 (CINCO) ANOS?										08 PERCENTUAL DO CAPITAL									
05 NÚMERO DE INSCRIÇÃO ANTERIOR NO C.G.C.										09 FAIXA DE CAPITAL (Assinale com "X")									
06 ASSINALE COM "X" OS TRIBUTOS QUE A SEDE RECOLHER HABITUALMENTE										10 NATUREZA JURÍDICA									
07 ATIVIDADE PRINCIPAL DO ESTABELECIMENTO-SEDE										11 DENOMINAÇÃO									
08 ASSOCIAÇÃO										12 ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO-SEDE									
09 S O C I E D A D E P E S T A L O Z Z I D O E										13 REPOSIÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE									
10 S T A D O D O P I A U I										14 PARA USO DO ÓRGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DA SEDE									
11 NOME DE FANTASIA										15 RECEPÇÃO									
12 ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO-SEDE										16 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO									
13 RUA M U R I L O B R A G A										17 DATA DE RECEPÇÃO									
14 NÚMERO 2 1 1 6										18 DATA									
15 BAIRRO OU DISTRITO M A C A U B A										19 DATA									
16 MUNICÍPIO T E R E S I N A										20 DATA									
17 PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA										21 DATA									
18 INSCRIÇÃO NO CPT										22 DATA									
19 NOME										23 DATA									
20 EDVALDO DE ALENCAR VILANOVA										24 DATA									
21 DATA										25 DATA									
22 DATA										26 DATA									
23 DATA										27 DATA									
24 DATA										28 DATA									
25 DATA										29 DATA									
26 DATA										30 DATA									
27 DATA										31 DATA									
28 DATA										32 DATA									
29 DATA										33 DATA									
30 DATA										34 DATA									
31 DATA										35 DATA									
32 DATA										36 DATA									
33 DATA										37 DATA									
34 DATA										38 DATA									
35 DATA										39 DATA									
36 DATA										40 DATA									
37 DATA										41 DATA									
38 DATA										42 DATA									
39 DATA										43 DATA									
40 DATA										44 DATA									
41 DATA										45 DATA									
42 DATA										46 DATA									
43 DATA										47 DATA									
44 DATA										48 DATA									
45 DATA										49 DATA									
46 DATA										50 DATA									
47 DATA										51 DATA									
48 DATA										52 DATA									
49 DATA										53 DATA									
50 DATA										54 DATA									
51 DATA										55 DATA									
52 DATA										56 DATA									
53 DATA										57 DATA									
54 DATA										58 DATA									
55 DATA										59 DATA									
56 DATA										60 DATA									
57 DATA										61 DATA									
58 DATA										62 DATA									
59 DATA										63 DATA									
60 DATA										64 DATA									
61 DATA										65 DATA									
62 DATA										66 DATA									
63 DATA										67 DATA									
64 DATA										68 DATA									
65 DATA										69 DATA									
66 DATA										70 DATA									
67 DATA										71 DATA									
68 DATA										72 DATA									
69 DATA										73 DATA									
70 DATA										74 DATA									
71 DATA										75 DATA									
72 DATA										76 DATA									
73 DATA										77 DATA									
74 DATA										78 DATA									
75 DATA										79 DATA									
76 DATA										80 DATA									
77 DATA										81 DATA									
78 DATA										82 DATA									
79 DATA										83 DATA									
80 DATA										84 DATA									
81 DATA										85 DATA									
82 DATA										86 DATA									
83 DATA										87 DATA									
84 DATA										88 DATA									
85 DATA										89 DATA									
86 DATA										90 DATA									
87 DATA										91 DATA									
88 DATA										92 DATA									
89 DATA										93 DATA									
90 DATA										94 DATA									
91 DATA										95 DATA									
92 DATA										96 DATA									
93 DATA										97 DATA									
94 DATA										98 DATA									
95 DATA										99 DATA									
96 DATA										100 DATA									



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE FAZENDA  
PROCURADORIA DA FAZENDA ESTADUAL  
SEÇÃO DE INSCRIÇÃO E COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO

Requerimento Nº  
04304/97

Certidão Nº  
02847/97

28

## CERTIDÃO QUANTO A DÍVIDA ATIVA DO ESTADO

Nome Completo  
SOCIEDADE PESTALOZZI DO PIAUÍ

Inscrição CAGEP/CPF  
00.000.000-0

Quantidade de Incrições Ativas

NADA CONSTA

Total de UFIR's originários  
NADA CONSTA

Total de Valores atualizados  
NADA CONSTA

EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO NA PETIÇÃO PROTOCOLADA NESTE ÓRGÃO, SOB O NÚMERO ACIMA INDICADO, E RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA ESTADUAL DE INSCREVER E COBRAR AS DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICO, PARA FINS DE DIREITO, QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS DA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO INSCRITA NA PROCURADORIA DA FAZENDA ESTADUAL, VERIFICOU-SE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, E, PARA CONSTAR, DETERMINEI FOSSE EXTRAÍDA ESTA CERTIDÃO NEGATIVA QUE VAI ASSINADA POR MIM, PROCURADOR CHEFE DA FAZENDA ESTADUAL, OU PESSOA DESIGNADA.

Teresina (PI), 19 de Maio de 1997.

*Alexandre de Jesus Sanção Sousa*  
Chefe da Sec. de Insc. e Cobrança  
da Dívida Ativa do Estado

*JOÃO LUIS Cardoso Figueiredo*  
Assessor

A cópia deste documento só é válida com a apresentação do original.  
Prazo de Validade : 90 DIAS.

032062

OBS.: QUALQUER RASURA TORNARÁ NULO ESTE DOCUMENTO

ATA da 2ª reunião da Comissão Pro-PesZalozzi, realizada no dia vinte e um de julho de mil novecento e noventa e dois, para aprovação do estatuto e eleição da diretoria.

Aos vinte e um dia do mês de julho de mil, novecentos e noventa e dois, na sala de reunião do Centro de Orientação Especializado do Piauí - COEPI, à rua Eletricista Guilherme nº 486 Bairro de Fátima Teresina - Pi, reuniram-se pais, profissionais e amigos das crianças excepcionais do COEPI, sob a presidência do senhor Edvaldo de Alencar Vilanova. Aberta a sessão, foi colocada em observação a pauta da reunião, senhor presidente perguntou aos presentes como se realizava a leitura do estatuto, todos foram de acordo que fosse lido e discutido todo o estatuto. Proceceu-se assim a leitura de todo estatuto que foi aprovado por todos, ficando apenas algumas correções ortográficas. Decidiu-se, também nesta reunião a escolha dos membros da diretoria da sociedade que após aprovado o estatuto passou a denominar-se Sociedade Pestalozzi do Piauí. Foi então a diretoria como se segue. Presidente Edvaldo de Alencar Vilanova, 1º Vice-Presidente Alzira Monteiro Saraiva Matos, 2º Vice-Presidente Francisco Cruz Matos, 1º secretário Florisa Batista de Carvalho Santos, 2º secretário M<sup>ra</sup> de Nazaré Madiara Campos Freitas, 1ª Tesoureira M<sup>ra</sup> Gorety Cronemberger Silva, 2ª Tesoureira Irene Andrade Bandeira ~~Carvalho~~ ~~Carvalho~~ Fical, José de Pitaras Freitas, Manoel R. de Sousa e José Riqueizon Martins Matos. Suplentes Francisca M<sup>ra</sup> Machado Sousa, Antônia da Rocha Santos Matos e Leda de

de. Edivaldo de Almeida  
Vilanova

18 Março 93.  
mesmar

Jesus Fontineli Sousa. Conselho Consultivo, Werne  
Moraes Costa, Ana Valéria Marques Fortes Lustosa,  
Juraci Araujo Beixeira, Marlene Martins S. Vilanova,  
M<sup>re</sup> das Graças R. de M. e Sousa, José de Ribamar Freitas,  
Carlos Alberto Silva, Beresa Silva, M<sup>re</sup> José  
Marques, Amelia Cunha e Silva Rio Lima,  
Gwerton Cunha e Silva Rio Lima, Nibia Maria  
de A. Cruz, Hilda de Jesus Sousa Freitas Cruz,  
Antonia Nogueira e Socorro Jorge. Nada mais  
havendo a tratar, senhor presidente declarou en-  
terrada a sessão, da qual eu Florisa Batista de  
Carvalho Santos, nomeada secretária, lavrei  
presente ata que lida e achada conforme pelo  
presentes, que a devem assinar. Dela se extraem  
três cópias datilografadas, para os fins lega-  
veis. Dada em Teresina, vinte e dois de julho de mil novecen-  
tos e noventa e dois. <sup>5º</sup> **Offício** Edivaldo de Almeida  
Vilanova, Juiz de Direito. **Cartório** **Cartório "Nazareno Araújo"**  
Irene Andrade Bandeira, Francisco Cruz e M<sup>re</sup>,  
M<sup>re</sup> das Graças R. de M. e Sousa, Florisa B. de S.  
Sousa, Genivaldo Silva, M<sup>re</sup> Valéria Marques Fortes Lustosa,  
Amelia Rio Lima, Francisco Marques,  
Machado Sousa, Tereza Justina de Oliveira Costa,  
Werne Flores Cortez, Maria Goretti Rêgo Couraça,  
José de Ribamar Freitas, Antonia de Rêgo S. M<sup>re</sup>,  
M<sup>re</sup> das Graças R. de M. e Sousa, Juraci Araujo Beixeira.

Cartório «Djalma Viloso»  
«Djalma Viloso»  
TABELA SUBSTITUTA  
TERESINA - PIAUI

REGISTRO DE TÍTULOS E OBRIGAÇÕES  
88227 Protocolo de 230

99731  
93

**Cartório "Nazareno Araújo"**  
5º Offício de Notas  
NARIBE ARAÚJO  
Tabela  
Rua Senador Tadeu Faria, 1841  
Teresina - Piauí

Francisca de Fátima Rocha de Carvalho  
Escrivente Compromissada 5º Offício

Ata da reunião extraordinária da Sociedade Pestalozzi do Estado do Piauí.

Aos dois dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reunião do Centro de Orientação do (digo) Es-  
pecializado do Piauí - COEPI, à Rua Elétricas-  
ta Guilherme nº 486 Bairro de Fátima - Be-  
resina - PI, reuniram-se os membros que  
compõem a atual administração da Socie-  
dade Pestalozzi do Estado do Piauí para  
eleger a nova diretoria da mesma so-  
ciedade, tendo em vista (em vista) a ne-  
cessidade de dar continuidade aos traba-  
lhos junto à comunidade e a invia-  
bilidade dos membros atuais estarem  
a frente das atividades que hora se  
faz iradiável. De acordo com os mem-  
bros presentes ficou constituído a no-  
va diretoria para o biênio 97/98, Pre-  
sidente, M<sup>re</sup> do Socorro Pereira da Silva Pinho-  
ro, 1<sup>o</sup> Vice-Presidente Florisa Batista de C. San-  
tos 2<sup>o</sup> Vice-Presidente Edivaldo de Almeida Vi-  
lanova, 1<sup>a</sup> Secretária Juraci Araujo Be-  
reira, 2<sup>a</sup> Secretária Marlene Martins Soa-  
res Vilanova. 1<sup>a</sup> Tesoureira Irene Andra-  
de Bandeira, 2<sup>a</sup> Tesoureira M<sup>re</sup> Goretti  
Paulo Cronemberger Silva, Conselho Fis-  
cal, efetivos: Manoel Rodrigues de Sousa  
Francisco M<sup>re</sup> Machado e Sousa, Antônio  
da Rocha Santos Matos suplentes, João  
de Jesus Fontinele Sousa, Ewerton Lu-  
nha Rio Lima, Lindalva da Cruz Ro-  
drigues, Conselho Consultivo, Amélia

Cunha Rio Leiana Costa, Ana Valéria Mar-  
ques Fortes Lustosa, M<sup>a</sup> das Graças Ro-  
drigues de Moura e Sousa, Werne  
Moraes Costa e Emanuel Cunha Rio  
Leiana. Nada mais havendo a tratar no  
momento, a 1<sup>a</sup> secretária que presi-  
diu a reunião declarou encerrada  
e lavrou-se a presente ata que de-  
pois de lida e achada conforme foi  
assinada pelos presentes. Maria da  
Graça Cunha de Silva Ribeiro, Florisa Batista  
de Carvalho Santos, Jureci Arany Teixeira,  
Irene Andrade Bandeira, Manoel Rodrigues de Sousa,  
Maria Gireth Paulo Crouemborg Silva, Karlene Mar-  
tins Siqueira Vilanova, Maria das Graças Rêgo Moura e Sousa,  
Edvaldo P. Albuquerque, Lede de Jesus Ben-  
tini Louca, Francisca Maria Machado Sousa  
Furtado Ribeiro de Oliveira Costa.

Assinado em  
Nesse Halls Cost



**"RECONHECE DE UTILIDADE  
PÚBLICA A SOCIEDADE PESTALOZZI  
DO ESTADO DO PIAUÍ".**

## **O Prefeito Municipal de Teresina, Estado do Piauí**

Faço saber que a Câmara Municipal de Teresina, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica reconhecida de Utilidade Pública a Sociedade Pestalozzi do Estado do Piauí, com sede e foro na cidade de Teresina-PI, - a Rua Murilo Braga, nº 2.116 - Macaúba - C.G.C. nº 41.521.915/0001-20.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei passará a vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina, em 21 de maio de 1997.

**FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO**  
Prefeito de Teresina

Esta Lei foi sancionada e numerada aos vinte e um dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e sete.

**ROMILDO MACEDO MAFRA**  
Secretário-Chefe de Gabinete



# Assembleia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RUBRICA <i>Deputado</i>	FLS Nº <i>33</i>
ANEXOS <i>—</i>	NÚMERO <i>Pr 2577/97</i>

SECRETARIA LEGISLATIVA

SECRETARIA

publicação de material

*31 (bimestre)*

*28, 08, 97*

*[Signature]*

DIV. DE APOIO LEGISLATIVO

E caminha-se à *Diretoria*  
*Legislativa*

Em, *27 / 08 / 97*

*Padua Sampaio*  
Conceição de *Mãe Padua Sampaio*  
Chefe de Apoio Legislativo

AL DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regulamentares

E caminha-se à *Redação*  
*de Plas*

Em *28 / 08 / 1997*

*[Signature]*  
Simone C. Lago Arcovorde  
Diretora Legislativa

PROCESSO EM PAUTA

Em *28 / 08 / 97*

*[Signature]*

SECRETARIA LEGISLATIVA

E caminha-se à *Diretoria*  
*Legislativa*

Em *29 / 08 / 97*

*[Signature]*

Maria S. de Sá Junior  
Coord. Sec. Red. da Ass.

AL DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regulamentares

E caminha-se às *Comis-*  
*sões Técnicas*

Em *01 / 09 / 97*

*[Signature]*  
Simone C. Lago Arcovorde  
Diretora Legislativa



**Assembleia Legislativa**

Ao Presidente da Comissão de  
*Constituição e Justiça*  
para os devidos fins.  
Em *01* / *09* / 1997  
*Chagas*  
Conceição de M. Lopes Rodrigues  
Chefe do Núcleo de Contações Técnicas

Ao Deputado \_\_\_\_\_

para relatar

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente da Comissão de  
Constituição e Justiça



**Assembleia Legislativa**

Ao Presidente da Comissão de  
*Constituição e Justiça*  
para os devidos fins.  
Em *01*, *09* /1997  
*Clóaudio*  
Conceição da M. Lopes Rodrigues  
Chefe do Núcleo de Constituições

Ao Deputado *Leandro*  
*Brito*  
para relatar  
Em *02*, *09* /1997  
*[Signature]*  
Presidente da Comissão de  
Constituição e Justiça

AL- 2577/97

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DO DEPUTADO KENNEDY BARROS**

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 07 / 10 / 97
<i>[Assinatura]</i>
Constituição e
Justiça

**MATÉRIA:**

Reconhece de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Pestalozzi do Piauí, com sede e foro na cidade de Teresina - Piauí

**AUTOR:**

Deputado HOMERO CASTELO BRANCO

**RELATOR:**

Deputado KENNEDY BARROS

**P A R E C E R**

Encontra-se nesta Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei n.º 05697, de autoria do Exmo. Deputado Homero Castelo Branco, reconhecendo de utilidade pública no âmbito estadual a Sociedade Pestalozzi do Estado do Piauí, fundada para promover a assistência psicopedagógica, médica, odontológica e de reabilitação das crianças, adolescentes e adultos com deficiência em geral, sediada em Teresina, neste Estado do Piauí.

A entidade tem desempenhado importante papel no atendimento aos menos favorecidos, além de possibilitar a organização e manutenção de serviços que qualificam o atendimento em setores de saúde tão carentes e necessários em nosso meio.

O reconhecimento solicitado a esta Assembléia faz-se acompanhar da documentação instrutória exigida, - inclusive, de reconhecimento de utilidade pública no âmbito do município de Teresina - sendo, pois, questão de justiça conceder aos pleiteantes mais um instrumento com que possam arregimentar soluções para os problemas e assuntos de seus interesses.

Isto posto, somos pela normal tramitação e aprovação do projeto.

É o parecer.

**SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLÉIA**  
**LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina (PI), 09 de Setembro de 1997.**

*[Assinatura]*  
KENNEDY BARROS  
Deputado Estadual - PFL  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*



## Assembléia Legislativa

LEI Nº                   , DE                   DE                   DE 1997.

Reconhece de utilidade pública a SOCIEDADE PESTALOZZI DO ESTADO DO PIAUÍ, com sede e foro em Teresina, Estado do Piauí.

### O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PIAUÍ

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública, a Sociedade Pestalozzi do Estado do Piauí, com sede e foro no Município de Teresina - Pi.

Art. 2º - À entidade em que trata o artigo anterior, ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

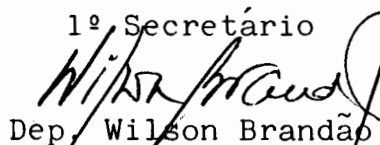
MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 09 de outubro de 1997.

  
Dep. Juraci Leite

Presidente

  
Dep. Wilson Martins

1º Secretário

  
Dep. Wilson Brandão

2º Secretário



## Assembléia Legislativa

LEI Nº                   , DE           DE                   DE 1997.

Reconhece de utilidade pública a SOCIEDADE PESTALOZZI DO ESTADO DO PIAUÍ, com sede e foro em Teresina, Estado do Piauí.

### O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PIAUÍ

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública, a Sociedade Pestalozzi do Estado do Piauí, com sede e foro no Município de Teresina - Pi.


Art. 2º - À entidade em que trata o artigo anterior, ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

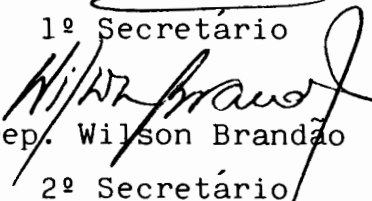
MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 09 de outubro de 1997.

  
Dep. Juraci Leite

Presidente

  
Dep. Wilson Martins

1º Secretário

  
Dep. Wilson Brandão

2º Secretário



## **Assembléia Legislativa**

LEI Nº                   , DE                   DE                   DE 1997.

Reconhece de utilidade pública a SOCIEDADE PESTALOZZI DO ESTADO DO PIAUÍ, com sede e foro em Teresina, Estado do Piauí.

### **O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PIAUÍ**

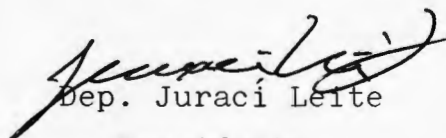
#### **D E C R E T A:**

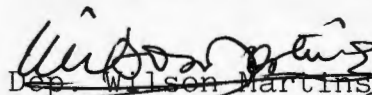
Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública, a Sociedade Pestalozzi do Estado do Piauí, com sede e foro no Município de Teresina - Pi.

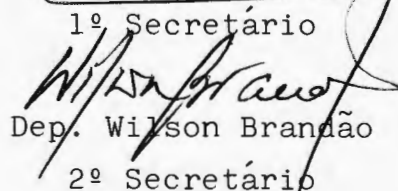
Art. 2º - À entidade em que trata o artigo anterior, ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, em Teresina, 09 de outubro de 1997.

  
Dep. Juraci Leite  
Presidente

  
Dep. Wilson Martins

1º Secretário  
  
Dep. Wilson Brandão  
2º Secretário



**Assembléia Legislativa**

AL P (SGM) 818

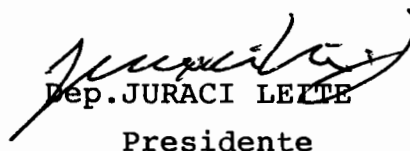
Teresina, 13 de outubro de 1997.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 78 da Constituição Estadual de 05 de outubro de 1989, o Projeto de Lei aprovado em Plenário deste Poder, que:

"Reconhece de utilidade pública a SOCIEDADE PESTALOZZI DO ESTADO DO PIAUÍ, com sede e foro em TERESINA, Estado do Piauí"

No ensejo renovo protestos de elevado apreço e consideração.

  
Dep. JURACI LEITE  
Presidente

Excelentíssimo Senhor

Dr. FRANCISCO DE ASSIS MORAES SOUSA

DD. Governador do Estado

Palácio Karnak

N e s t a